

1 INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) encontra-se no topo da lista de discussões de seus gestores. Alguns países optam por aproveitar a internacionalização da educação superior por meio de políticas públicas. Os países que estabelecem esses objetivos geralmente expressam preocupação em adequar as políticas educacionais às metas da política externa e da inserção internacional do Estado (Miranda, 2022).

No entanto, a internacionalização de uma IES é algo complexo e amplo. No início, quando se buscavam ações para internacionalizar as universidades, logo a mobilidade acadêmica ocupava totalmente a agenda de discussões, em todos os níveis acadêmicos, como o meio fundamental para alcançar este objetivo. Tal fato conduzia a uma gestão rebuscada e, ao mesmo tempo, requeria uma atuação de maneira responsável, visto que envolvia diferentes IES e atores. Neste sentido, Stallivieri (2018) já abordava a concepção de internacionalização responsável, ou *Responsible Internationalization* (RI) para denominar o processo em que todos os membros envolvidos na internacionalização são responsáveis pelo seu desenvolvimento de forma equilibrada, responsável, sustentável, inclusiva e comprometida.

Neste cenário, as IES passaram a contar com setores especializados para gerenciar o conjunto de ações para fomentar a internacionalização. No continente europeu, a Universidade de Lisboa (ULisboa) destaca-se, dentre as IES portuguesas, por ocupar a 1ª posição entre as 15 universidades públicas existentes atualmente em Portugal, o 5º lugar no espaço Ibero-Americano, o 28º lugar europeu em publicações científicas pela CWTS Leiden (ULisboa, 2025a) e estar posicionada entre as 500 melhores IES reconhecidas internacionalmente segundo o ranking da Times Higher Education (THE, 2025). Ademais, a ULisboa acolhe atualmente 10.080 estudantes internacionais de 101 nacionalidades, dentre eles 7.314 estudantes estrangeiros regulares e 2.766 estrangeiros de Mobilidade Internacional (ULisboa, 2025a).

A ULisboa é composta por 18 Escolas (Faculdades e Institutos) e conta com algumas estruturas, em cada uma delas, para tratar dos assuntos relacionados à internacionalização institucional. Dentre as Escolas, está a Faculdade de Direito da ULisboa (FDUL), fundada em 1913 e que conta com o setor intitulado “Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais” (GERI). Neste gabinete, são tratados todos os assuntos relacionados às ações de internacionalização da Faculdade, que permeiam desde a gestão de recursos nacionais e internacionais até as atividades de mobilidade do corpo acadêmico e não acadêmico.

Isto posto, este artigo tem como objetivo analisar as ações de internacionalização realizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a perspectiva do conceito de *Responsible Internationalization*. Esta pesquisa torna-se oportuna, tendo em vista a disponibilidade das informações no site da FDUL e no GERI, obtida por um dos pesquisadores que se encontrava em atividade acadêmica na ULisboa. A originalidade verifica-se por não existirem estudos anteriores com a perspectiva de analisar as ações de internacionalização desta Faculdade sob o olhar da internacionalização responsável.

Este artigo está dividido da seguinte forma: a introdução, apresentando a contextualização do tema, o objetivo e a justificativa; a fundamentação teórica, por meio do arcabouço teórico que sustentará o tema e a análise dos dados; os procedimentos metodológicos delineados para esta investigação; a análise e discussão dos dados; e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção abordará os seguintes temas: a internacionalização do Ensino Superior Europeu; as agências de fomento à internacionalização das IES europeias; e a internacionalização responsável.

2.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EUROPEU

As novas políticas europeias voltadas à internacionalização da educação superior tiveram como objetivo principal o fomento à cooperação de pesquisa entre diferentes IES, o que tornou esse continente, após algumas décadas, o destino visado por muitos estudantes. Oliveira (2019, p. 58) descreve este cenário.

As estratégias de internacionalização do ensino superior pressupõem um conjunto abrangente de iniciativas, que contemplam e expandem as políticas que vêm sendo desenvolvidas no país. Nesse sentido, é necessária uma reflexão sobre os modelos de internacionalização que vêm sendo adotados no cenário internacional. Tais modelos implicam diferentes visões sobre o processo de internacionalização do ensino superior e de seus requisitos (Oliveira, 2019, p. 58).

A história do Ensino Superior aponta que após a Segunda Guerra Mundial houve uma expansão acelerada da educação superior para o desenvolvimento de uma “nova ordem mundial, econômica e política” (Santos, 2017, p. 57). No entanto, somente na década de 80 é que se iniciaram ações voltadas à internacionalização das IES europeias, por meio da implantação de programas de mobilidade de pesquisadores e cooperação científica que envolvem os Estados-Membro da União Europeia (UE) (Albino, 2008).

Diante deste cenário, Portugal entendeu como oportuno promover o ingresso de estudantes em suas universidades. Cerdeira, Cabrito e Mucharreira (2019, p. 2) apontam um fato histórico que culminou na necessidade de transformação no tocante à educação superior.

De facto, de entre as inúmeras alterações que Portugal conheceu decorrentes da Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974, as educativas foram avassaladoras e que se podem “resumir” em dois factos incontroversos: a explosão da procura social de educação, em todos os níveis educativos e a resposta do sistema educativo a essa procura. Após 48 anos de ditadura durante a qual o acesso à educação para a maioria da população era quase impossível, os portugueses viveram a Revolução, educando-se (Cerdeira, Cabrito e Mucharreira, 2019, p. 2).

Assim, o processo de internacionalização do ensino superior, que não é recente na história das IES, reconfigurou-se para atender aos novos requisitos gerados pela dinâmica social que se delineou nos anos finais do século XX e se intensificou no início do século XXI. Isso se deve ao aumento do acesso à informação, que levou a necessidade de inserção dos países em um novo cenário social, a sociedade do conhecimento, além de possibilitar a redução dos custos de formação e melhorias no uso da infraestrutura de comunicação. Neste cenário, a educação em nível superior, que é capaz de produzir e difundir conhecimento, é fundamental ao crescimento, tanto de países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento (Castro; Neto, 2012).

Dagen e Kovacevic (2023) seguem na mesma direção, afirmando que o impacto crescente da globalização acelerou processos dentro das universidades, afetou mudanças em suas missões e objetivos e motivou novas políticas a nível institucional, nos âmbitos nacional e internacional. Para Melo (2017, p. 79), “competir num mundo globalizado pressupõe competir em todas as dimensões sociais, políticas e econômicas e todas estas dimensões são lavradas no seio da educação”.

As implicações da globalização e da internacionalização na Europa estão ligadas a novas iniciativas e regulamentações estabelecidas por meio de processos supranacionais de *soft law* associados à europeização. A Declaração ou Processo de Bolonha, o maior deles, posicionou a internacionalização no topo da nova agenda para o ensino superior na Europa, que foi ainda mais endireitada com novos programas iniciados e financiados pela Comissão

Europeia (CE) (por exemplo, o Programa Erasmus, o Programa de Educação e Formação, entre outros) (Dagen; Kovacevic, 2023).

Assim, o Processo de Bolonha, firmado em 1999 (Bolonha, 1999) na cidade de Bolonha, Itália, foi resultado da percepção das autoridades educacionais quanto à necessidade competitiva frente à globalização e à hegemonia de países, como os Estados Unidos, no tocante ao potencial inovativo e tecnológico. Essa Declaração buscou, entre outros objetivos, a integração e intercâmbio de estudantes entre países e, por conseguinte, a constituição de um bloco. Um dos elementos de destaque é o ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*), que fomentou esse processo migratório de discentes entre os países nos níveis de graduação e pós-graduação. Para tanto, foi necessário "adaptar os currículos às demandas e às características do mercado de trabalho, impulsionar a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornar a educação superior atraente no mercado global" (Dias Sobrinho, 2007, p. 112).

O resultado do sucesso dessa Declaração é percebido atualmente, a qual conta com 46 países participantes, além do Reino Unido. Esta adesão, segundo Melo (2017), indica uma elevada repercussão não limitada aos países europeus.

2.2 AS AGÊNCIAS DE FOMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO DAS IES EUROPEIAS

Muito embora a mobilidade acadêmica permaneça como um mecanismo propulsor da internacionalização institucional, ela passou por transformações, uma vez que surgiram novos intervenientes, novas lógicas, programas, regulamentações, riscos e desafios. A educação transfronteiriça passou gradualmente de um quadro de cooperação para o desenvolvimento para um modelo de parceria e, agora, para um modelo comercial competitivo. Os generosos regimes de bolsas de estudo para estudantes de países em desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970 se transformaram no grande negócio do recrutamento de estudantes internacionais (Knight, 2012, tradução livre dos autores).

De acordo com Beine, Noel e Ragot (2014, p. 1, tradução nossa), a mobilidade acadêmica tornou-se uma atividade atrativa para os países por alguns motivos.

Os países desenvolvidos estão muito interessados em atrair estudantes internacionais por vários motivos. Primeiro, os estudantes estrangeiros representam uma fonte significativa de receitas para as instituições. [...] Ao atrair estudantes estrangeiros, especialmente de países populosos, aliviam as restrições populacionais no mercado interno. Além disso, em certos países, os estudantes internacionais pagam propinas mais elevadas do que os estudantes nacionais. Em segundo lugar, os governos coloniais preferem demasiadamente a migração de estudantes das antigas colônias como parte de um pacote global de ajuda externa (Beine; Noel; Ragot, 2014, p. 1, tradução nossa).

Na Europa, somente em 1987, houve o estabelecimento definitivo de um programa de mobilidade, denominado *European Action Scheme for the Mobility of University Students* (ERASMUS), o qual levou um número substancial de estudantes a migrar para e entre países europeus (Beerens, 2014). Destaca-se que o cerne do programa ERASMUS para um estudante não se limita apenas a realçar o seu perfil educacional e curricular, mas também a ampliar a integração das instituições europeias (Cairns, 2017).

Altbach e Knight (2007) já tratavam da mobilidade como uma forma de proporcionar aos acadêmicos experiências em instituições estrangeiras, além da vivência de novas culturas. O quantitativo de fundações de fomento e programas de mobilidade sofreu crescimento considerável desde o surgimento das primeiras iniciativas, ocorridas no início do século XX. Para ilustrar, o Quadro 1 apresenta, de maneira sintética e cronológica, o surgimento dessas organizações de fomento. Destaca-se que na Europa, principalmente em Portugal, os acadêmicos brasileiros vêm em busca de IES para a sua formação nos diferentes níveis

(graduação, mestrado e doutorado) e buscam apoio financeiro para a realização dessas atividades.

Quadro 1 - Recorte de Fundações e Programas de Fomento Acadêmico vigentes na Europa e no Brasil.

Programa	País de origem	Início das atividades
Fundação La Caixa	Espanha	1904
Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (<i>Deutscher Akademischer Austausch Dienst</i> - DAAD)	Alemanha	1925
<i>The International Association for the Exchange of Students for Technical Experience</i> - IAESTE	Inglaterra	1948
Sociedade Max Planck para o Progresso da Ciência	Alemanha	1948
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Brasil	1949
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Brasil	1951
Fundação Calouste Gulbenkian	Portugal	1956
Fundação Eugénio de Almeida	Portugal	1963
Fundação Helmholtz	Alemanha	1970
<i>European Region Action Scheme for the Mobility of University Students</i> (ERASMUS)	Múltiplos países	1987
Associação Leibniz	Alemanha	1995
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT	Portugal	1997
Fundação Carolina	Espanha	2001
Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE	Brasil	2011
Almeida Garrett	Portugal	Desconhecido

Fonte: Lima Junior e Stallivieri (2020), Fundação Carolina (2021), ULisboa (2024a), Portugal (1956), IAESTE (2024), Erasmus (2024), Fundação Lemann (2021), BRASIL (2011, 2017, 2020), Fundação Eugénio de Almeida (2021), FCT (2024).

No entanto, vale ressaltar que a mobilidade acadêmica, que tradicionalmente apresentou-se como um elemento norteador da internacionalização institucional, não pode ser mais vista como o cerne estrutural desse processo, mas sim como um dos elementos essenciais de promoção da internacionalização das IES. Muito embora a internacionalização do ensino superior remonte a milhares de anos, as suas manifestações contemporâneas evoluíram para se tornarem multifacetadas (Hudzik, 2014, pp. 7-8, tradução livre dos autores).

Considerando a abrangência das ações de internacionalização, torna-se necessário atentar-se para a maneira como os gestores institucionais deverão colocar em prática as ações que envolvem todos os sujeitos no processo de internacionalização. Assim, não se trata

apenas de ações isoladas, mas sim de um conjunto de atividades que devem ser realizadas de maneira responsável, uma vez que envolvem diversos sujeitos. Este assunto será abordado na sequência.

2.3 INTERNACIONALIZAÇÃO RESPONSÁVEL

A globalização trouxe questões de fortalecimento e enfraquecimento das fronteiras políticas, econômicas e educacionais em âmbito mundial, momento este que requer uma análise a respeito. Nesta perspectiva, Hudzik (2011) já apresentava alguns questionamentos a serem considerados: quais são os reais impactos de aprendizagem que resultaram do processo de internacionalização do ensino superior e como eles atendem às demandas da sociedade?

Assim, passou-se a considerar a forma como as IES abordaram a internacionalização em uma perspectiva de responsabilidades, principalmente, com os resultados deste processo de internacionalização institucional. Neste sentido, tornou-se necessário refletir e desenvolver princípios basilares para tratar da internacionalização responsável. Assim, Stallivieri (2018) propôs o conceito de *Responsible Internationalization* (RI), que se trata de um processo em que todos os sujeitos que contribuem para o processo de internacionalização são responsáveis pelo seu desenvolvimento, considerando cinco dimensões fundamentais: equilíbrio (*balanced or equitable internationalization*); transparência (*transparency or accountability*); sustentabilidade (*sustainability or sustainable internationalization*); inclusão (*inclusion or inclusive internationalization*); e comprometimento (*compliance or commitment to internationalization*). A Figura 1 apresenta este conceito.

Figura 1 - Elementos do conceito de RI.



Fonte: Stallivieri (2018).

Destaca-se ainda que, segundo Stallivieri (2018), o processo de internacionalização não se trata de um departamento, mas sim de um comportamento institucional que deve ser observado pelos gestores institucionais. Dito isso e para descrever cada uma das dimensões do conceito de RI, foi elaborado o Quadro 2, que apresenta cada uma delas e suas respectivas características.

Quadro 2 - Descrição das dimensões do conceito de RI.

Elementos	Características
Equilíbrio (<i>balanced or equitable</i>)	Está relacionado à igualdade de oportunidade, simetria, equivalência, comparabilidade, imparcialidade, justiça, igualitarismo, correspondência, e assim por diante. Trazendo essas definições para o contexto da Internacionalização de IES, fica

<i>internationalization)</i>	claro que as instituições podem e devem observar a equidade nos movimentos que fazem em direção ao estabelecimento da RI. A situação ideal seria ter todas as ações tomadas para a internacionalização com um equilíbrio apropriado e com base na equidade. Poderia ser relacionado a equilíbrio geográfico, linguístico, domínio de conhecimento ou tipo de cooperação, entre outros.
Comprometimento (<i>compliance or commitment to internationalization</i>)	Refere-se aos conceitos de obediência, aquiescência, respeito, complacência, observância, entre outros significados. Para o setor educacional, especialmente para a internacionalização do ensino superior, comprometimento significa formalizar e comprometer-se com as ações, investimentos e desenvolvimentos que todo o processo requer. A ausência de um compromisso institucional explícito com a internacionalização, mesmo sendo um desafio significativo, pode ter efeitos perversos, como a aceleração das desigualdades. A reconfiguração dos mercados globais, sistemas de negociação, pesquisa, ações inovadoras, avanços em vários setores e a necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas expande dramaticamente a lógica da internacionalização.
Transparência (<i>transparency or accountability</i>)	Uma das questões mais críticas enfrentadas por aqueles que trabalham diretamente com processos de internacionalização é a responsabilidade de sistematizar e compartilhar os resultados obtidos pelas ações internacionais com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Além disso, as instituições devem ser transparentes sobre seus objetivos, estratégias e resultados, e devem ser responsáveis perante seus diversos stakeholders, incluindo alunos, professores, parceiros internacionais e a sociedade em geral.
Sustentabilidade (<i>sustainability or sustainable internationalization</i>)	Implica uma alocação orçamentária transparente, recursos próprios para manutenção e expansão de projetos e programas, identificação de capital humano capaz de liderar e gerir a ampla concepção do termo Internacionalização Integral, engajamento da comunidade acadêmica em ações e resultados, com vistas à prospecção de novas atividades e manutenção do status até então adquirido. Essa reflexão reforça ainda mais a importância de se pensar em uma RI, pautada no equilíbrio, no retorno dos investimentos para a sociedade e na prospecção de ações ancoradas na sustentabilidade.
Inclusão (<i>inclusion or inclusive internationalization</i>)	As ações de inserção internacional devem oferecer oportunidades iguais para todos, sem negligenciar o planeta e a sustentabilidade financeira da instituição. Primeiro, há uma grande diferença entre dar aos alunos acesso a instituições de ensino superior - abrindo portas da universidade - e promover ações de inclusão. O acesso pode muitas vezes ser sinônimo de exclusão se as IES não estiverem cientes da presença crescente de estudantes e pesquisadores internacionais no campus. Segundo, e não menos importante, todos os aspectos da inclusão devem abordar a continuidade de longo prazo da organização.
Comprometimento (<i>compliance or commitment to internationalization</i>)	Refere-se aos conceitos de obediência, aquiescência, respeito, complacência, observância, entre outros significados. Para o setor educacional, especialmente para a internacionalização do ensino superior, compliance significa formalizar e comprometer-se com as ações, investimentos e desenvolvimentos que todo o processo requer.

Fonte: Stallivieri (2018).

À medida que a educação internacional começa a demandar investimentos mais consideráveis e adquire posições mais significativas no cenário educacional mundial, torna-se essencial que líderes, docentes, estudantes e gestores repensem como o processo de internacionalização irá progredir e como as instituições podem almejar uma internacionalização responsável (Stallivieri, 2018). Por fim, e com base na concepção de RI, observa-se que os gestores das IES necessitam de um olhar apurado para qualquer ação que envolva o corpo acadêmico (docentes, discentes, pesquisadores e apoio técnico-

administrativo) no processo de internacionalização institucional. Finalizada a fundamentação teórica, a seção seguinte aborda os procedimentos metodológicos para esta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como objetivo descritivo, abordagem qualitativa e estratégia como estudo de caso. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 15), a pesquisa descritiva busca “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”. Marconi e Lakatos (2010), por sua vez, tratam da abordagem qualitativa como uma investigação que busca interpretar e analisar as informações obtidas de modo aprofundado. Desse modo, esta investigação buscou descrever e analisar os dados obtidos em detalhes, a fim de compreender as ações de internacionalização da GERI de maneira aprofundada.

Como técnica de coleta de dados, que representam os dados secundários, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. A respeito da pesquisa bibliográfica, que resultou na elaboração do arcabouço teórico, foi utilizada a base de dados científicos Google Scholar, utilizando-se as seguintes palavras-chave: “Internacionalização do Ensino Superior”, “Instituições de Ensino Superior na Europa” e “Agências de Fomento à Internacionalização”.

No tocante à pesquisa documental, foram investigadas as informações do site da ULisboa e da FDUL, a fim de buscar informações em documentos e publicados a respeito da estruturação, tanto da Faculdade quanto do GERI. Além disso, foi disponibilizado pelo GERI um dossiê com todas as atividades, no âmbito da internacionalização, realizadas no período 2023/2024. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental ocorreram no mês de dezembro de 2024.

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise interpretativista de Triviños (2012), que consiste na análise com base em três elementos: análise dos dados coletados; o arcabouço teórico; e a experiência dos investigadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Dentre as Escolas da ULisboa, esta pesquisa analisou a Faculdade de Direito (FDUL) da ULisboa. Fundada em junho de 1913, a FDUL é pioneira e líder em Portugal no domínio da cooperação jurídica com o mundo da Língua Portuguesa (Brasil, África, Angola e Timor Leste). A FDUL conta também com uma significativa rede de parceiros entre as mais importantes Faculdades e Centros de Investigação em Direito na Europa, quer por meio de acordos bilaterais, quer por intermédio da participação nas redes e organizações globais de Faculdades de Direito (ULisboa, 2025d).

4.2 O Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais

Nesta perspectiva, a FDUL conta com o Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI), que é um serviço administrativo que prepara, executa e apoia as atividades de internacionalização da FDUL, no âmbito do Programa Erasmus+. Conforme consta no site da FDUL (ULisboa, 2025e), o GERI desenvolve algumas iniciativas:

- Promover o intercâmbio e a mobilidade internacional, não só de estudantes, como também de professores, de investigadores e de funcionários;
- Participar e coordenar grupos académicos europeus;
- Promover e realizar programas de mestrado internacionais – em especial, mestrados conjuntos (*Joint Master Degrees*) e de duplo grau (*Double Master Degrees*);

- Organizar cursos intensivos, lecionados em língua estrangeira (e em regra) por professores de universidades parceiras, acessíveis a estudantes nacionais e estrangeiros;
- Incentivar e promover publicações científicas conjuntas com as universidades parceiras.

Diante do conjunto de ações realizadas, o GERI atua, atualmente, com uma equipe de colaboradores: dois docentes do Grupo de Ciências Jurídicas; dois docentes do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas; dois docentes do Grupo de Ciências Jurídicas-Econômicas; dois docentes do Grupo de Ciências Histórica-Jurídicas; três discentes-colaboradores (licenciatura, mestrado e doutorado); um representante da Associação Acadêmica da FDUL; e oito colaboradores, dentre eles um técnico-superior, um assistente-técnico e seis outros colaboradores.

Dessa forma, as decisões do GERI são resultantes de olhares distintos, desde docentes a discentes e colaboradores (técnico-administrativos e outros). Essa participação conjunta possibilita ao Gabinete perspectivas singulares e que possibilitam decisões aprimoradas, aproveitando diferentes perspectivas. Diante das ações supracitadas, pode-se, em um primeiro momento, observar características do modelo RI de Stallivieri (2018) no que tange: à transparência (*accountability*), quando há transparência e compartilhamento das ações realizadas junto aos *stakeholders* institucionais (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo); e à inclusão (*inclusive internationalization*), diante da oferta de cursos intensivos para a comunidade acadêmica nacional e internacional, lecionados por docentes convidados e em língua estrangeira.

A fim de aprofundar as discussões a respeito das ações do GERI, será apresentado, na sequência, o Relatório de Atividades do GERI 2023/2024.

4.3 Relatório de Atividades do GERI 2023/2024

O Relatório de Atividades do GERI 2023/2024, disponível no site deste Gabinete, apresenta todas as atividades realizadas e intermediadas pelo GERI entre 2023 e 2024, uma vez que o ano letivo europeu ocorre, normalmente, de setembro de um ano a julho do ano seguinte. Para facilitar a compreensão, o Quadro 3 apresenta as atividades executadas pelo GERI.

Quadro 3 - Atividades geridas pelo GERI.

Programas e Redes	<i>Moot Courts</i>
Protocolos e Parcerias	Cursos Intensivos
Mobilidade de Alunos e Comparação (<i>incoming e outgoing</i>)	Mestrado em <i>European Legal Practice</i>
<i>Blended Intensive Program</i>	Pós-Graduação Erasmus de Atualização em Direito Europeu, Global e Comparado
Mobilidade de Docentes e Staff (<i>incoming e outgoing</i>)	Rede ELPIS (<i>European Legal Practice Integrated Studies Network</i>)
<i>International Credit Mobility</i> (ICM)	Outras Atividades Científicas realizadas pelo GERI

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Atividades GERI 2023/2024.

Em uma análise inicial, verifica-se que o GERI atua em diferentes vertentes da internacionalização, desde a mobilidade acadêmica e do *staff* até redes de cooperação internacional. Para o melhor entendimento, cada uma das atividades supracitadas no Quadro 4 será descrita na sequência.

Os Programas e Redes são atividades que englobam a FDUL e IES de outros países. Essas Redes compreendem, atualmente: *Asociación Sui Iuris*, com Escolas de Direito Ibero-Americanas para promover oportunidades de mobilidade de discentes entre elas; *European Law Faculties Association* (ELFA) que, desde 1995, é constituída por 180 Faculdades de Direito e é considerado o principal fórum de discussão sobre o ensino de Direito; Rede ELPIS, fundada em Hannover, conta com aproximadamente quarenta IES europeias para promover o intercâmbio acadêmico (docentes, discentes e corpo administrativo) por meio de programas de estudo, investigação científica e pedagógica, dentre outras atividades; Rede *EuropePolis*, fundada em 2011 pela Università de Roma, e que conta com a colaboração de 19 IES e Centros Europeus para incentivar o ensino de Direito Europeu; Rede *Rotterdam Law Network*, de intercâmbio e cooperação acadêmica e composta por 30 IES europeias; Rede *Nanterre Network*, de cooperação e promoção de investigação universitária; e *Societas Iuris Publici Europaei* (SIPE), fundada em Frankfurt para discutir questões relacionadas ao direito público na Europa.

Com relação aos Protocolos e Parcerias, por sua vez, a FDUL oferece três tipos de programas de mobilidade, onde a GERI é responsável pela gestão de Acordos Interinstitucionais no âmbito do Programa Erasmus+, além de protocolos assinados com o Instituto de Direito Brasileiro e outros protocolos com IES. Além disso, o GERI gerencia os protocolos de dois mestrados internacionais: ELPIS e Duplo Grau com a *University of Loyola College of Law*. Ademais, a reitoria da ULisboa gerencia o Programa Almeida Garret, sendo que o GERI é responsável por receber e validar candidaturas, para posterior envio ao Núcleo de Mobilidade da Reitoria e/ou para as Universidades portuguesas que participam desse programa. Neste cenário, a FDUL mantém diversas parcerias, com destaque para IES da Espanha (37), Itália (30), Alemanha (23), França (18) e Polônia (13).

No que tange à mobilidade de alunos, entre 2023 e 2024 a FDUL enviou 234 discentes para 78 IES parceiras (*outgoing*) e recebeu 407 discentes de 154 IES (*incoming*). Os discentes *incoming* frequentaram 81 disciplinas, o que representou uma média de 36 alunos *incoming* por unidade curricular. Além disso, a FDUL oferece, todos os anos, um conjunto de unidades curriculares (disciplinas) lecionadas em língua inglesa (32 disciplinas), tanto na licenciatura quanto no curso de mestrado. Os alunos optantes por estas disciplinas são, normalmente, de origem alemã, espanhola, francesa, italiana e polaca que ainda não possuem o domínio da língua portuguesa. Com relação aos discentes *outgoing*, foram registrados 234 alunos em 78 IES de 23 países, quantitativo superior ao ocorrido no período 2022-2023 (198 alunos *outgoing*). Estes alunos realizaram a mobilidade internacional por meio do Erasmus+ (160), Protocolos (40), Almeida Garret (26) e ELPIS (8). Frente às ações de mobilidade da FDUL, observa-se uma vertente da ação de inclusão do modelo RI de Stallivieri (2018), quando se observa a oportunidade da participação de discentes de diferentes países em disciplinas ministradas em língua inglesa.

O programa *Blended Intensive Program* (BIP), por sua parte, é uma nova modalidade do Programa Erasmus+, que se trata de um curso intensivo e interdisciplinar, na modalidade híbrida (presencial e online) de curta duração, para promover novas e inovadoras metodologias de ensino e aprendizagem. Esta modalidade envolve, no mínimo, três IES provenientes de países que aderiram ao Erasmus+. Para cada BIP, espera-se, no mínimo, 15 discentes, docentes ou não docentes, oriundos de IES parceiras. No ano letivo 2023/2024, por exemplo, a FDUL integrou um BIP com a *Universidad de Granada* e a *Università Degli*

Studi di Padova, sob o tema “Sociedad Digital”. Retos del Derecho ante la Inteligencia Artificial” e que corresponderam a 6 ECTS.

Aqui novamente observa-se a ação de inclusão do modelo RI (Stallivieri e Vianna, 2022) neste caso, na perspectiva de oportunizar o acesso de discentes que não poderiam, por questões financeiras, participar de cursos na modalidade presencial e que, de maneira alternativa, podem fazê-lo de maneira virtual. Stallivieri e Vianna (2022) destacam ainda que há necessidade de práticas que minimizem o impacto ambiental das atividades internacionais, como o desenvolvimento de programas de mobilidade virtual e o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis (sustentabilidade ambiental). Neste sentido, Stallivieri cita 2 ações que podem contribuir com a minimização dos impactos ambientais no processo de internacionalização: promoção do uso de tecnologias de comunicação, a fim de reduzir a necessidade de deslocamento físico; e a implementação de mobilidade virtual que permita a internacionalização sem impactar significativamente o ambiente.

A mobilidade de docentes e *staff* é realizada por intermédio do Programa Erasmus+ e é gerido, exclusivamente, pelo GERI. A FDUL entende que a mobilidade docente é um pilar fundamental na estratégia do seu processo de internacionalização, visto que traz benefícios não apenas aos docentes envolvidos, mas também para a Faculdade. Esses benefícios envolvem: valorização profissional e pessoal; reforço dos laços com outras IES de países diferentes; e compartilhamento de boas práticas (*benchmarking*).

A respeito dos docentes *incoming*, entre 2023 e 2024 ocorreram 19 mobilidade dessa modalidade, a maioria da Espanha (8), seguido da Polônia (3), França (2), Sérvia (2), Bulgária (1), Croácia (1), Eslovênia (1) e Lituânia (1). Para os cursos intensivos, foram registrados 27 docentes *incoming*. A modalidade de docentes *outgoing*, por sua vez, foram registradas apenas 5 atividades, número considerado baixo para a FDUL: Lituânia (2), Alemanha (1), Espanha (1) e Sérvia (1). Esse valor é resultante do baixo valor em verbas destinado à FDUL.

A mobilidade de *staff*, tanto *incoming* quanto *outgoing*, tem como objetivo: adquirir conhecimento por meio da experiência e de boas práticas em IES ou serviços europeus; possibilitar o desenvolvimento de competências práticas para o desempenho de suas funções, assim como o desenvolvimento profissional; e auxiliar na construção da cooperação entre IES e empresas. Segundo o relatório de 2022-2023, consta o registro de 13 mobilidades *incoming* provenientes da Itália (9), Polônia (2) e Eslovênia (2), cujas atividades concentram-se nos serviços acadêmicos e biblioteca. Quanto à mobilidade *outgoing*, foi registrada apenas uma atividade na Itália. Não há informações do período 2023-2024.

Diante desta ação, especificamente do *staff* da FDUL, pode-se observar a proposição de equilíbrio (*balance*) do modelo de RI de Stallivieri (2018), uma vez que a FDUL também se preocupa com o envolvimento do corpo técnico-administrativo no processo de internacionalização por meio de oportunidades, as quais deverão repercutir em melhorias, tanto nas atividades cotidianas quanto no aprimoramento de competências *softs skills* (relações interpessoais, resolução de conflitos, entre outros). Assim, essas competências adquiridas deverão refletir na interação do *staff* da FDUL com a comunidade acadêmica nacional e internacional e, inclusive, com a sociedade portuguesa e estrangeira em geral interessada na FDUL. Além do equilíbrio, o compromisso coletivo também é uma das características do modelo RI de Stallivieri, visto que o sucesso da IES reflete: uma cultura institucional pautada na promoção da ética, da sustentabilidade e da inclusão; o engajamento contínuo das partes interessadas com os princípios do RI; e a construção de uma visão compartilhada que oriente as ações e iniciativas de internacionalização (Stallivieri; Vianna, 2022).

O *International Credit Mobility* (ICM), por sua vez, é uma atividade do Erasmus+ que oportuniza a mobilidade de docentes, discentes e *staff* em IES fora da Europa. Assim, o ICM

possibilita, ao mesmo tempo, que o corpo acadêmico e técnico de países parceiros não europeus realizem um período de mobilidade em IES detentoras da Carta Erasmus (*Erasmus Charter for Higher Education* - ECHE) na Europa. Em 2024, o ICM contou com candidaturas de países, como Argentina, Brasil, Chile, EUA, Israel, Macau e México. No entanto, os resultados ainda não estão disponíveis.

O *Moot Courts* (MC), por sua vez, representa uma simulação de julgamento sobre temas de Direito Internacional Público. Essa simulação tem como fundamento a jurisdição e funcionamento do Tribunal Internacional de Justiça. No período 2023/2024, foram realizados quatro MC, dois deles organizados pela Faculdade de Direito da Universidade de Viena e de maneira presencial; um pela Associação de Estudantes de Direito Internacional da FDUL e presencial; e um online organizado pela Câmara de Arbitragem e Mediação Empresarial do Brasil.

Os Cursos Intensivos são aqueles de curta duração e que contam com a participação de docentes estrangeiros para ministrá-los. Em 2023/2024, foram lecionados 33 cursos intensivos, dentre eles 15 no 1º semestre e 18 no 2º semestre letivo. Quanto aos docentes, foram 27 estrangeiros, os quais lecionaram ao abrigo do Erasmus+ (3), 5 faziam parte do quadro de docentes da FDUL e um no âmbito da ELPIS/US *Law Schools*.

O Mestrado em *European Legal Practice* (ELP), criado no campo do Programa Erasmus Mundus em 2004, é um consórcio entre a FDUL, a *Leibniz University Hannover* (Alemanha), a *University of Rouen* (França) e a *Mykolas Romeris University in Vilnius* (Lituânia) e apresenta, como regra, a presença do discente em, pelo menos, uma dessas IES participantes por um período de um semestre letivo. Em 2023/2024, quatro discentes resultaram do processo seletivo para o ELP e efetivaram suas matrículas representando atividades *outgoing*. Quanto aos discentes *incoming*, foram recebidos no mesmo período apenas 4 discentes, considerado baixo pela FDUL.

O Programa de Pós-Graduação Erasmus de atualização em Direito Europeu, Global e Comparado trata-se de uma oferta no formato de especialização, ofertada pela FDUL e lecionada em várias línguas. O plano de estudos deste Programa é composto pelo conjunto de cursos intensivos ofertados pela FDUL e conta, além dos cursos intensivos (42 ECTS), de um trabalho escrito (18 ECTS) totalizando 60 ECTS. Em 2023/2024, houve a participação de apenas uma aluna.

A Rede ELPIS conta com quarenta IES europeias e fomenta o intercâmbio acadêmico, desde docentes, discentes até o corpo administrativo. No período 2023-2024 foram realizadas algumas atividades, como a ELPIS/US *Transatlantic Online Legal Lectures*, um conjunto de nove videoconferências ocorridas no 1º semestre letivo. No âmbito da investigação, ocorreram: reunião anual da Rede ELPIS na Facultad de Derecho da Universidad de Granada; e a revista científica jurídica ELPIS v-Law Review em formato de vídeo, sendo lançados dois volumes cujos temas foram “*The new world of Artificial INtelligence and the Law*” e “*Law and Culture*”.

4.4 Análise das Atividades do GERI com o Modelo RI

Com base nas atividades do GERI, esta subseção apresenta a relação entre as ações de internacionalização da FDUL e os 6 elementos de RI de Stallivieri (2018). Para facilitar esta análise, o Quadro 4 apresenta, separadamente, em cada um dos elementos de RI, as atividades que apresentam essa relação diretamente e/ou indiretamente.

Quadro 4 - Análise entre as atividades de internacionalização da FDUL e os 6 elementos de RI.

Elementos de RI	Atividades
<i>Balanced or equitable internationalization</i>	A FDUL se preocupa em envolver o corpo técnico-administrativo no processo de internacionalização, oferecendo oportunidades que visam a melhorias nas atividades cotidianas e o aprimoramento de competências interpessoais e de resolução de conflitos, refletindo-se na interação do <i>staff</i> com as comunidades acadêmica nacional e internacional, bem como com a sociedade. A FDUL mantém diversas parcerias internacionais, especialmente com IES da Espanha (37), Itália (30), Alemanha (23), França (18) e Polônia (13), o que sugere um equilíbrio geográfico na cooperação.
<i>Compliance or commitment to internationalization</i>	As decisões do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI) da FDUL resultam de um olhar conjunto de docentes, discentes e colaboradores (técnico-administrativos e outros), demonstrando um compromisso coletivo que permite decisões aprimoradas através de diferentes perspectivas. O sucesso da internacionalização da IES reflete uma cultura institucional pautada na promoção da ética, sustentabilidade e inclusão, além do engajamento contínuo das partes interessadas com os princípios da RI e a construção de uma visão compartilhada que orienta as ações e iniciativas. A estrutura robusta do GERI, que possibilita diversas ações de internacionalização, e a vasta gama de atividades descritas no relatório (Programas e Redes, Protocolos e Parcerias, Mobilidade de Alunos, Mobilidade de Docentes e Staff, ICM, <i>Moot Courts</i> , Cursos Intensivos, Mestrado ELP, Pós-Graduação Erasmus), são evidências do compromisso institucional formalizado.
<i>Transparency or accountability</i>	A FDUL demonstra transparência ao compartilhar as ações realizadas junto aos seus <i>stakeholders</i> institucionais (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo). O Relatório de Atividades do GERI 2023/2024 é público e está disponível no site do Gabinete, detalhando todas as atividades realizadas no período, o que reforça a transparência e a responsabilidade da instituição perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.
<i>Sustainability or sustainable internationalization</i>	A FDUL adota práticas que visam minimizar o impacto ambiental das atividades internacionais, como a promoção do uso de tecnologias de comunicação para reduzir a necessidade de deslocamento físico e a implementação de mobilidade virtual. O Programa <i>Blended Intensive Program</i> (BIP), uma modalidade híbrida (presencial e online), exemplifica essa abordagem ao permitir a participação de discentes que, por questões financeiras, não poderiam frequentar cursos presenciais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.
<i>Inclusion or inclusive internationalization</i>	A FDUL oferece um conjunto de unidades curriculares (disciplinas) lecionadas em língua inglesa (32 disciplinas) tanto na licenciatura quanto no mestrado, permitindo a participação de discentes estrangeiros (principalmente da Alemanha, Espanha, França, Itália e Polônia) que ainda não dominam a língua portuguesa. A oferta de cursos intensivos para a comunidade acadêmica nacional e internacional em língua estrangeira por docentes convidados também promove a inclusão. O <i>Blended Intensive Program</i> (BIP) também demonstra inclusão ao oportunizar o acesso a cursos intensivos e interdisciplinares em modalidade híbrida a discentes que não poderiam participar presencialmente por questões financeiras, ampliando o acesso à internacionalização.
<i>Compliance or commitment to internationalization</i>	As decisões do GERI, resultantes da colaboração entre docentes, discentes e staff, evidenciam um compromisso compartilhado que otimiza as tomadas de decisão. A existência de uma estrutura robusta no GERI e a vasta lista de atividades detalhadas no Relatório de Atividades (incluindo programas de intercâmbio, mobilidade, publicações científicas, e participação em grupos acadêmicos europeus) demonstram o compromisso contínuo e formal da

	FDUL com a internacionalização. Este compromisso se alinha com a construção de uma cultura institucional que promove a ética, a sustentabilidade e a inclusão.
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as ações de internacionalização realizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ULisboa), sob a perspectiva do conceito de *Responsible Internationalization*. Com base na pesquisa, foi possível verificar que a FD da ULisboa, por meio de sua estrutura para a internacionalização, apresenta ações que seguem ao encontro dos 5 elementos do modelo de *Responsible Internationalization* proposto por Stallivieri (2018).

O último relatório de atividades do GERI, que representam as atividades realizadas entre 2023 e 2024, descreve ações de internacionalização da Faculdade, que envolve programas de intercâmbio e mobilidade internacional de discentes, docentes, investigadores e *staff*, publicações científicas, organização de eventos e participação em grupos acadêmicos europeus. Estas ações demonstram os esforços que a FD da ULisboa tem realizado para promover a internacionalização do corpo acadêmico e alcançar destaque no cenário internacional em sua área de atuação.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a investigação em outras Escolas (Faculdades ou Institutos) da ULisboa, para verificar a estrutura, ações e resultados alcançados no processo de internacionalização, utilizando-se o modelo RI de Stallivieri (2018).

REFERÊNCIAS

ALBINO, S. P. B. **As políticas europeias de investigação e a internacionalização da Universidade de Lisboa**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/361>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. (Ed.). **World class worldwide: Transforming research universities in Asia and Latin America**. JHU Press, 2007.

BEINE, M.; NOËL, R.; RAGOT, L. Determinants of the international mobility of students. **Economics of Education review**, v. 41, p. 40-54, 2014.

BEERKENS, E. 40 Years of Internationalization in European Higher Education: Achievements and challenges. **RIHE International**, p. 1, 2014. Disponível em: <https://home.hiroshima-u.ac.jp/wakimoto/pdf/113095.pdf#page=12>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE**. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-doutorado-sanduche-no-exterior-pdse>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Programa Institucional de Internacionalização - CAPES/PrInt**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. **Histórico do CNPq**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CAIRNS, D. The Erasmus undergraduate exchange programme: a highly qualified success story?. **Children's Geographies**, v. 15, n. 6, p. 728-740, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14733285.2017.1328485>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CASTRO, A. A.; NETO, A. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista lusófona de educação**, v. 21, n. 21, p. 69-96, 2012.

CERDEIRA, L.; CABRITO, B. G.; MUCHARREIRA, P. R. O crescimento do Ensino Superior no Portugal democrático: evolução da pós-graduação e da produção científica. **EccoS–Revista Científica**, n. 51, p. 14974, 2019.

DAGEN, T.; KOVACEVIC, M. The Impact of Globalization on the Internationalization of Higher Education Policies: A Southeast European Perspective. In: **Reimagining Border in Cross-border Education**. Routledge, 2023. p. 74-97.

DIAS SOBRINHO, J. Processo de Bolonha. **ETD Educação Temática Digital**, v. 9, p. 107-132, 2007.

EUROPEAN REGION ACTION SCHEME FOR THE MOBILITY OF UNIVERSITY STUDENTS - Erasmus. **What is Erasmus? 2024**. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/about-erasmus/what-is-erasmus>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FULBRIGHT PROGRAM. **The Program**. 2021. Disponível em: <https://us.fulbrightonline.org/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

FUNDAÇÃO CAROLINA. **La Fundación**. 2021. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA. **Fundador e História**. 2021. Disponível em: <https://www.fea.pt/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA - FCT. **A FCT**. 2024. Disponível em: <https://www.fct.pt/sobre/a-fct/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN. **A fundação**. 2021. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/afundacao>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FUNDO DE FINANCIAMENTO DE ESTUDOS DE PROJETOS E PROGRAMAS - FINEP. **Histórico**. 2023. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>. Acesso em: 18 out. 2023.

GOMES, R. *et al.* **Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/24326>. Acesso em: 9 jan. 2025.

HUDZIK, J. K. Comprehensive internationalization. **Washington, DC: NAFSA, The Association of International Educators**, 2011.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive internationalization**: Institutional pathways to success. Routledge, 2014.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE EXCHANGE OF STUDENTS FOR TECHNICAL EXPERIENCE - IAESTE. **History**. 2024. Disponível em: <https://iaeste.org/history>. Acesso em: 8 jan. 2025.

KNIGHT, J. Student mobility and internationalization: Trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, v. 7, n. 1, p. 20-33, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.2304/rcie.2012.7.1.20>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA JÚNIOR, A. F.; STALLIVIERI, L. International academic mobility programs as instruments to promote international development: The case of PEC-PG. **Education policy analysis archives**, v. 28, p. 174, 2020.

MELO, A. S. Enquadramento histórico legal do processo de Bolonha e o seu impacto no sistema de ensino superior português. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 75-141, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4239/11642>. Acesso em: 8 jan. 2025.

OLIVEIRA, C. S. **A internacionalização do ensino superior no Brasil por meio da ação da Capes**: a cocriação do programa Capes-PrInt. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. 2019.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n. 40.690, de 18 de julho de 1956**. Constitui a Fundação Calouste Gulbenkian e aprova os respectivos estatutos. 1956. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/40690-232130>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANTOS, E. Internacionalização da educação superior nos marcos da integração regional da América Latina: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **EccoS–Revista Científica**, n. 42, p. 57-84, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6867/3457>. Acesso em: 15 maio 2023.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULISBOA. **Rankings**. 2025a. Disponível em: <https://www.ulisboa.pt/sobre-nos#rankings>. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULISBOA. **Escolas**. 2024b. Disponível em: <https://www.ulisboa.pt/escolas>. Acesso em: 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULISBOA. **Faculdade de Direito - História**. 2024c. Disponível em: <https://www.fd.ulisboa.pt/faculdade/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULISBOA. **Internacionalização**. 2024d. Disponível em: <https://www.fd.ulisboa.pt/internacionalizacao/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - ULISBOA. **Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais - GERI**. 2024e. Disponível em: <https://www.fd.ulisboa.pt/internacionalizacao/erasmus-e-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

STALLIVIERI, L.; VIANNA, C./ T. **Responsible internationalization: new paradigms for cooperation between higher education institutions**. 2020. Disponível em: <http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/handle/123456789/5372>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Triviños, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed.-21.reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.